

# **Avanilda Mariano**

*Pedagoga pela Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo (FEUSP), Pós-Graduada em  
Psicopedagogia Institucional pelo Centro  
Universitário FIEO.*





**PEDAGOGIA COMO FATOR  
DE CONTRIBUIÇÃO E  
FAVORECIMENTO PARA A  
SAÚDE MENTAL**

Nossa prática profissional. Como pensar em desenvolvê-la de maneira salubre para melhor e mais eficazmente atingirmos nossos objetivos profissionais, sobretudo quando avaliamos que resultados positivos ou negativos muito dependem da forma como encaramos os percalços inerentes a cada profissão. E não podemos deixar de citar aqueles obstáculos, que muitas vezes insistimos em criar, quando o mesmo, por natureza, não existiria. O relato que se seguirá adiante, melhor elucidará o trecho acima, pois tem a intenção de trazer elementos para reflexão, com base em uma experiência de trabalho que tive. Este trabalho foi realizado em parceria com o abrigo o qual trabalhava e a escola que os adolescentes acolhidos institucionalmente, desse abrigo, frequentavam. O objetivo é dividir as vivências, visando contribuir e demonstrar através das ações implementadas, o quanto podemos melhorar nossa prática profissional, tornando-a mais saudável, auxiliando na preservação de nossa saúde mental, em benefício de nossa qualidade de vida psíquica, bem como daqueles com os quais trabalhamos. Estas vivências demonstram o quanto nossas atitudes podem melhorar nossos relacionamentos interpessoais, possibilitando através das mesmas, e na busca de compreensão e entendimento do outro, tornar nossos objetivos profissionais efetivamente realizáveis.

Uma vez que o relato a seguir falará sobre abrigo, cabe aqui, antes de mais nada, esclarecer minimamente que acolhimento institucional de crianças e adolescentes é medida provisória e excepcional, uma das oito medidas prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – para protegê-los quando seus direitos forem ameaçados ou violados. Só deve ser aplicada quando se esgotarem todas as tentativas de permanência da criança ou adolescente na família. Os acolhimentos se dão pelos mais variados motivos, dentre eles: orfandade, abandono, quadros de violência doméstica, seja física ou psicológica, abuso sexual, negligência, pais com uso abusivo de álcool ou outras drogas. Embora o ECA preconize que a falta de recursos materiais não deva ser razão para afastamento da família, este motivo, segundo pesquisas, termina sendo uma das maiores causas de acolhimento nas instituições de abrigo. Vale ressaltar que atualmente o abrigo recebe o nome de: SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente.

Enquanto estão no abrigo, o mesmo, juntamente com a Vara da Infância e Juventude buscam caminhos para reverter o acolhimento, desenvolvendo trabalho junto às famílias para que os motivos que os levaram a serem acolhidos sejam resolvidos, porém, nem sempre os resultados são positivos, pelas mais diversas razões. Quando a reinserção no grupo familiar, de origem (pai/mãe) ou extensa (tios, avós, entre outros), se torna impossível, a alternativa é encontrar uma família substituta – adoção. Porém, em alguns casos, apesar de todos os esforços e tentativas, a criança ou adolescente vai permanecer institucionalizado até os dezoito anos de idade, como determina a lei.

Diante da situação de acolhimento institucional e do excesso de tempo que podem permanecer institucionalizados, não raras as vezes desenvolvem comportamentos tais como: agressividade, dificuldade de aprendizagem, dificuldade de relacionamento, depressão, insegurança, dependência, medos, dificuldade de controle de esfíncteres, ansiedade, problemas de conduta antissocial, enurese noturna, questões relacionadas à sexualidade. E tudo isto desemboca na escola, e por vezes, sem o conhecimento necessário pela mesma, da problemática que envolve o acolhimento institucional.

Desta forma, podemos deduzir que um dos elementos primordiais para a realização de nossa prática profissional é estarmos cientes e conscientes do nosso objeto de trabalho. Conhecer as escolas, assim como o abrigo, foi fator indispensável e necessário para entender o contexto desses dois ambientes, a relação existente entre ambos, o público em comum atendido, da vida pregressa deste, para avaliação e planejamento das ações, em bases reais e concretas.

Além do mais, seria impraticável desempenhar o meu trabalho dentro do abrigo, e atingir os meus objetivos, sem ter conhecimento da vida escolar desse público: nível de aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, possíveis dificuldades no aprendizado, socialização, dentre outros quesitos.

*"Desta forma, podemos deduzir que um dos elementos primordiais para a realização de nossa prática profissional é estarmos cientes e conscientes do nosso objeto de trabalho."*





Quando iniciei o meu trabalho, de imediato fui informada das dificuldades de entendimento entre o abrigo e as escolas que os acolhidos institucionais estudavam, e de que naquele momento, não havia ninguém no abrigo, apesar das tentativas, que estivesse conseguindo dar conta de todas as demandas que surgiam. Não conseguiam dialogar, não havia entendimento entre as partes para resolução de conflitos ali postos por ambas as instituições. A linguagem de cada uma era incompreensível para a outra, cada uma delas com sua verdade e justificativas para atacar a outra. Embora eu tenha trabalhado com as escolas de educação infantil e ensino fundamental I, vou deter-me na escola de ensino fundamental II, dos adolescentes. De posse das informações do caos instaurado, fui visitar a referida escola. Neste universo escolar percebi que o desconhecimento que se aplica à grande parcela da população quanto ao que significa, ou o que é o acolhimento institucional, também se aplicava à escola.

O quadro que encontrei foi o de professores desestimulados, desmotivados, desanimados e descrentes com a maioria daqueles adolescentes com os quais trabalhavam, uma visão determinista em alguns deles, em relação àqueles jovens. Logo me dei conta de que a escola necessitava ser ouvida. Por isso a escuta, sem críticas e julgamentos, naquele momento, foi de fundamental importância para os trabalhos que pudemos realizar posteriormente. Na minha concepção, a escola também estava órfã, assim como os abrigos se sentem muitas vezes, quando setores governamentais os abandonam à própria sorte.

Os adolescentes por sua vez, sentiam o mesmo desestímulo, desmotivação, desânimo e descrença pela escola. Reagiam a ela com comportamentos socialmente inaceitáveis: agressões verbais, ameaças de agressões físicas para os professores, chegando a vias de fato com outros alunos, tumulto na sala de aula, como também na escola toda, e até mesmo fuga, pulando o portão. Se não tinham status pelo saber, tinham pela fama de abrigados, com os estigmas desse "título", e pela indisciplina que praticavam. Para a maioria deles a escola não era vista como redentora. Estudar não era importante, a visão era a de que seriam quaisquer coisas ou teriam profissões as quais eles consideravam desvalorizadas, logo, não precisariam estudar. E quem se arriscava a dizer que seria bandido, então, não precisaria mesmo.

Os primeiros encontros na escola foi puro desabafo por parte desta, e isto foi muito bom, este despejar das situações-problema pelos agentes escolares, além de serem estimulados a nomear sentimentos, afetos de amor ou de ódio, deixar aflorar emoções, creio que deve ter funcionado como uma catarse, abrindo-me possibilidades de melhor compreensão do interlocutor, promovendo caminhos para processos interventivos na condução dos diálogos.

Os desabaços não se restringiam apenas às questões relacionadas aos nossos adolescentes, mas também aos problemas que a escola enfrentava no seu cotidiano, com sua população escolar, chegavam a assumir que outros adolescentes eram até mais "problemáticos" (sic). A diferença gritante era a de que esses adolescentes, ditos problemáticos, vinham com o "pacote" chamado família e a sua dita "desestruturação" (sic). Os nossos, com os seus direitos já violados e denunciados, moravam no abrigo, longe de suas famílias, esses outros, adolescentes em potencial para serem também acolhidos institucionalmente.

Diante de tantas situações que se apresentavam, escutar exigiu de mim estar totalmente entregue àqueles momentos em que a escola precisava desabafar: boa vontade, muita paciência, conter a minha ansiedade, despir-me de vaidades, como por exemplo achar que eu era a dona da verdade ou onipotente, onipresente ou onisciente para resolver toda a conjuntura dos dramas conflituosos e dolorosos que surgiam. Mas acima de tudo, exigiu de mim buscar o equilíbrio emocional necessário para todos os enfrentamentos, além de reafirmar com firmeza e certeza o meu papel como pedagoga e os objetivos que queria alcançar em parceria com a escola: promover a aprendizagem daqueles adolescentes a partir da conscientização da importância da escola em suas vidas, especialmente quando não mais estivessem sob a tutela do abrigo. E talvez, na tutela de ninguém.

Esta escuta passou por todos os setores da escola: direção, coordenação, professores, e com o passar dos encontros, outros funcionários, como os dos setores de limpeza e cozinha vinham conversar comigo espontaneamente, queriam fazer parte daquela "novidade" que estava acontecendo na escola. Durante muitos encontros, os problemas com as dificuldades de aprendizagem dos adolescentes pouco eram, ou nada discutidos, e quando eram, vinham sempre justificados pela questão indisciplinar, embasada normalmente pelas representações psicossociais que faziam desses moradores do abrigo. Muitos professores e especialmente a vice-diretora à época destes acontecimentos, faziam com que os adolescentes carregassem o peso de uma visão determinista, estereotipada, estigmatizada, que crianças e adolescentes menos favorecidos carregam em forma de rótulos, nascidos dos preconceitos. Alguns de nossos adolescentes chegaram a sofrer intimidações, quando ameaçados de serem encaminhados para a Febem, hoje, Fundação Casa.

Como as queixas eram, principalmente, em relação às questões de indisciplina que os adolescentes apresentavam, fui "metralhada" com todos os tipos imagináveis e inimagináveis de maus comportamentos, que segundo a escola, cometiam. Eu tinha plena consciência de que para minimamente conseguir alcançar os meus objetivos, melhorar a aprendizagem daqueles adolescentes, tinha que tentar provocar alguma mudança de mentalidade, tanto deles, como da escola, viabilizando canais de transformação naquilo que aparentemente estava cristalizado em ambos: não aprenderiam. Estava ciente de que a mentalidade constituída e o juízo de valor ali implicados, sobre os adolescentes, estavam fundamentados por crenças, afetos, valores, ideologias, preconceitos, aspectos culturais, diferenças socioeconômicas, dentre tantas outras influências.

Nos estudos psicopedagógicos que realizava e nas leituras do autor González Rey, em seu livro *Sujeito e Subjetividade*, encontrei caminhos para entender que essas influências, acima, fazem parte de nossa subjetividade. Entendi que nossa subjetividade, sentido subjetivo e nossas representações sociais nos constituem e nos formam, refletindo na maneira de como pensamos e agimos, em nossa visão de mundo. Fui compreendendo que o sentido subjetivo é dinâmico e se expressa em diversas configurações em constante movimento, portanto, pode mudar. E se temos maior clareza disso, há maior probabilidade de promovermos mudanças.

Entendi pela fala da escola o quanto no mesmo objeto podem estar contidos diversas significações, implicadas no que pode uma mesma atitude significar afetivamente e emocionalmente para um determinado sujeito ou mesmo um grupo social. No transitar entre esses dois universos, instituição abrigo e instituição escola, ficava patente o quanto nesta complexa rede de relações interpessoais, intersubjetivas, conviviam o objetivo e o subjetivo. Nessa teia de subjetividades, por exemplo, um certo comportamento do adolescente, objetivamente descrito em nossas conversas, podia ter várias conotações de acordo com o ponto de vista de cada um. Ou seja, subjetivamente, entre os agentes escolares, as opiniões divergiam entre si, tornando ou não o fato perdoável ou imperdoável, mais ou menos perdoável. Esses sentidos subjetivos foram um grande nó, o qual tive que ter muito equilíbrio emocional para lidar.

Assim sendo, diante de toda complexidade envolvida, além da busca do equilíbrio emocional a partir de minhas próprias reflexões para me manter saudável mentalmente, dos estudos psicopedagógicos que fazia, buscava ajuda também nos diálogos que estabelecia com a equipe técnica a qual fazia parte no abrigo, composta por um psicólogo e por uma assistente social. Encontrar apoio e proteção nesta equipe, me fortalecia e me renovava, não éramos apenas uma equipe, éramos pessoas que se admiravam pela competência e disponibilidade interna que cada um de nós tinha em querer acertar, juntos. Havia tanto entendimento entre esta equipe, que viramos amigos. O psicólogo, principalmente, meu grande, querido e especialíssimo amigo do coração. Amizade que nasceu da admiração que nutríamos e nutrimos um pelo outro, até hoje.

Além desta equipe (amiga) técnica, pude contar com uma gigante na escola: a coordenadora pedagógica. Ser humano maravilhoso, disposta, disponível, comprometida com a problemática da infância e juventude, atuante e praticante. Em todas as horas difíceis ou não, ela estava lá, lutando e me apoiando, sempre com aquele sorriso do tamanho do seu coração. Esta rede de apoio e proteção que eu tinha me dava energia para buscar caminhos e estratégias para poder vislumbrar possibilidades e alternativas que dessem maiores condições para desenvolver minha proposta pedagógica.



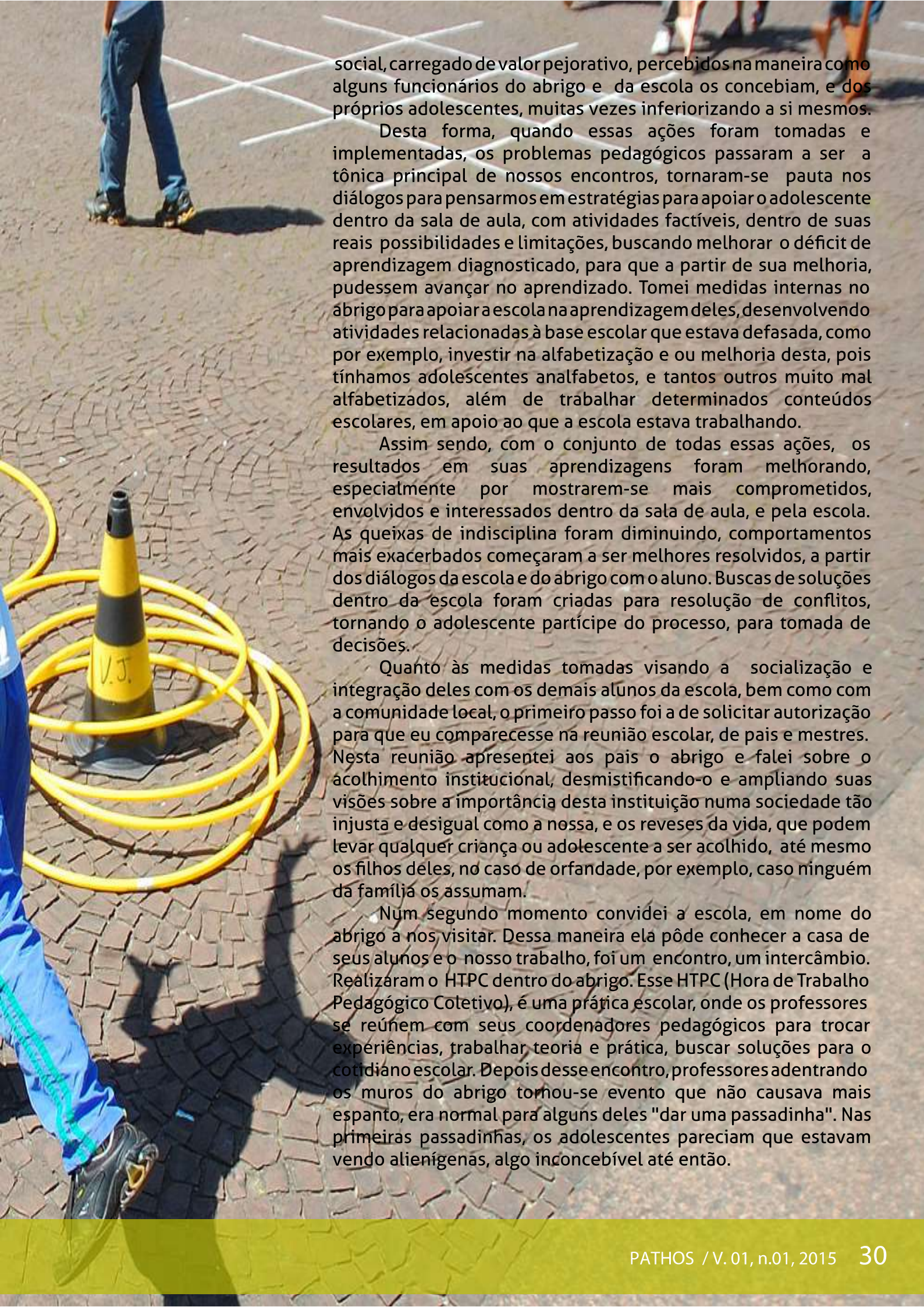




A ideia central foi trabalhar com base nos problemas que a escola apresentava, com toda carga subjetiva, promovendo e provocando reflexões, dialeticamente, sobre o que trazia e se queixava. Como mediadora, fui valorizando e contemplando tudo que emergia em nossos encontros, para transformarmos em soluções. Visava com esta estratégia um planejamento para a realização de uma ação educativa, em bases reais, ponto de partida para que o trabalho desenvolvido fosse factível e mais eficiente. A cada diálogo estabelecido esperava cada vez mais, maior apropriação do espaço ofertado para melhor alinhamento da proposta pedagógica oferecida, visando perspectiva de mudanças e transformações nas ações pedagógicas, do abrigo e da escola, com o objetivo de favorecer a aprendizagem dos adolescentes.

Desse modo, começamos finalmente a dialogar sobre os problemas pedagógicos, o não aprender, e suas possíveis razões. Os aspectos indisciplinados faziam parte desses diálogos, mas de forma mais tranquila, com vistas a encontrarmos soluções em parceria. Então, como pensar em uma intervenção na escola de maneira a fomentar não apenas a aprendizagem comprometida do adolescente, mas também educá-lo articulando ações abrigo-escola, como rede de apoio e proteção, conscientes de que quando estão envolvidas relações humanas, e buscamos a transformação do outro, temos que nos dar conta dos valores que vamos implicar à tarefa que nos propomos a desempenhar.

Levantada esta questão, pude finalmente apresentar de fato, e em bases reais, minha proposta pedagógica para esses adolescentes: contemplar ações nas quais pudéssemos promover e melhorar a aprendizagem escolar, a socialização e integração deles com os demais alunos da escola, bem como com a comunidade local, acreditando na possibilidade de iniciarmos a quebra do estigma



social, carregado de valor pejorativo, percebidos na maneira como alguns funcionários do abrigo e da escola os concebiam, e dos próprios adolescentes, muitas vezes inferiorizando a si mesmos.

Desta forma, quando essas ações foram tomadas e implementadas, os problemas pedagógicos passaram a ser a tônica principal de nossos encontros, tornaram-se pauta nos diálogos para pensarmos em estratégias para apoiar o adolescente dentro da sala de aula, com atividades factíveis, dentro de suas reais possibilidades e limitações, buscando melhorar o déficit de aprendizagem diagnosticado, para que a partir de sua melhoria, pudessem avançar no aprendizado. Tomei medidas internas no abrigo para apoiar a escola na aprendizagem deles, desenvolvendo atividades relacionadas à base escolar que estava defasada, como por exemplo, investir na alfabetização e ou melhoria desta, pois tínhamos adolescentes analfabetos, e tantos outros muito mal alfabetizados, além de trabalhar determinados conteúdos escolares, em apoio ao que a escola estava trabalhando.

Assim sendo, com o conjunto de todas essas ações, os resultados em suas aprendizagens foram melhorando, especialmente por mostrarem-se mais comprometidos, envolvidos e interessados dentro da sala de aula, e pela escola. As queixas de indisciplina foram diminuindo, comportamentos mais exacerbados começaram a ser melhores resolvidos, a partir dos diálogos da escola e do abrigo com o aluno. Buscas de soluções dentro da escola foram criadas para resolução de conflitos, tornando o adolescente participe do processo, para tomada de decisões.

Quanto às medidas tomadas visando a socialização e integração deles com os demais alunos da escola, bem como com a comunidade local, o primeiro passo foi a de solicitar autorização para que eu comparecesse na reunião escolar, de pais e mestres. Nesta reunião apresentei aos pais o abrigo e falei sobre o acolhimento institucional, desmistificando-o e ampliando suas visões sobre a importância desta instituição numa sociedade tão injusta e desigual como a nossa, e os reveses da vida, que podem levar qualquer criança ou adolescente a ser acolhido, até mesmo os filhos deles, no caso de orfandade, por exemplo, caso ninguém da família os assumam.

Num segundo momento convidei a escola, em nome do abrigo a nos visitar. Dessa maneira ela pôde conhecer a casa de seus alunos e o nosso trabalho, foi um encontro, um intercâmbio. Realizaram o HTPC dentro do abrigo. Esse HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo), é uma prática escolar, onde os professores se reúnem com seus coordenadores pedagógicos para trocar experiências, trabalhar teoria e prática, buscar soluções para o cotidiano escolar. Depois desse encontro, professores adentrando os muros do abrigo tornou-se evento que não causava mais espanto, era normal para alguns deles "dar uma passadinha". Nas primeiras passadinhas, os adolescentes pareciam que estavam vendo alienígenas, algo inconcebível até então.




Outra ação implementada foi estabelecer parceria com a escola para a realização de uma peça teatral, a ser apresentada no abrigo, com os alunos da escola (leia-se alunos que não moravam no abrigo e alunos moradores do abrigo). Um dos objetivos, era via alunos não acolhidos institucionalmente, chegar até suas famílias, pois esses alunos que não eram do abrigo iam até ele para ensaiar a peça, com a autorização de seus responsáveis. Uma das mães fazia questão de levar o filho pessoalmente, dada a importância que deu ao fato, pois seu filho, dito aluno-problema, teria uma possibilidade de, através de outras vias, melhorar comportamento não aceito pela família e pela escola. Outro espaço de socialização.

No dia da apresentação da peça, fizemos desta noite, uma noite de gala, oferecendo um coquetel a todos os presentes. Foi uma festa linda, de comemoração e confraternização. Além da apresentação teatral, comemoramos os aniversariantes do mês e uma bodas de prata, que diga-se de passagem, foi a minha. Participaram desta noite especial os pais dos alunos não acolhidos, que faziam parte da peça, parentes e amigos destes, demais alunos da escola, professores, diretora, coordenadora pedagógica, funcionários do abrigo, crianças e adolescentes moradores do abrigo, além de meus familiares. Foi uma ocasião até então inédita, a comunidade adentrando os muros do abrigo pela primeira vez, para um evento de integração, contribuindo para uma possível mudança nas representações psicossociais já mencionadas acima.

E ainda, realizamos uma exposição da feira cultural que havia sido realizada na escola, com material reciclado, em que os objetos foram confeccionados pelos alunos. Algumas peças desse material, serviu para decoração do nosso cenário, as demais peças ficaram expostas num lugar especial na sala que foi destinada à noite de gala. Esta ação foi um gesto de agradecimento à escola, e uma forma de prestigiar a professora responsável pelo trabalho com o material reciclado, mostrando e conscientizando os convidados que a escola realiza trabalhos magníficos com os alunos, mas grande parte das pessoas da comunidade desconhece.

Obviamente o produto final, a peça teatral, foi muito importante, mas, para nós educadores, o processo foi o grande foco deste trabalho, uma vez que os objetivos dele estavam focados em melhorar a leitura de seus participantes, no envolvimento com a arte, na participação dos alunos como sujeitos do processo, vestuário e cenário, e nas discussões promovidas sobre comportamento, regras, normas sociais, valores morais e ético, aproveitando esses elementos do texto da peça e utilizando-os nos encontros para os ensaios. Assim, trabalhávamos todos esses temas importantes naturalmente. Os diálogos transcorriam informalmente.



*"Foi uma ocasião até então inédita, a comunidade adentrando os muros do abrigo pela primeira vez [...]"*

No decurso dos acontecimentos, de repente, quando eu menos esperava, algum adolescente era convidado a fazer parte do grêmio da escola. Convite de participação, junto comigo, de reuniões que a priori não estaria dentro do politicamente correto da escola. Campeonato foi realizado entre os alunos, no abrigo. Alguns adolescentes passaram a ser convidados para festas de aniversário de colegas de escola, e por vezes a mãe do colega ia buscar e levar o adolescente no abrigo, responsabilizando-se por ele. Até mesmo alguns professores, quando havia algum evento na escola, e por conta do horário noturno, não poderiam ir, porque não haveria quem pudesse buscá-los, terminavam por se prontificar a devolvê-los no abrigo.

O que vimos até aqui, em relação à comunidade, foi bem diferente do que estamos acostumados a ver em relação a participação desta nos abrigos, que em sua maioria é voltada para ações de voluntários, envolvendo doações. Justificamos esta fala, historicamente. Quando falamos de abrigo encontramos registros que denunciam esta prática pela comunidade, normalmente com fins de caridade. Ainda hoje muitos abrigos administrados por instituições religiosas ou não, acabam, sejam por princípios ou mesmo pela necessidade financeira, privilegiando tais tipos de ações, bem diferente do que foi proposto por nós neste trabalho. Não queremos dizer com isto que doações com cunho apenas caritativo não sejam necessárias. Uma parcela significativa de abrigos somente conseguem sobreviver graças à caridade, seja de que espécie for, pois nem sempre podem contar com a ajuda dos órgãos governamentais responsáveis por este setor social, para dar conta e suprir tanta dificuldade para se manter. O que queremos demonstrar é que quando o abrigo promoveu estas ações, além de iniciar um processo de ampliação da rede de apoio e proteção, estava demonstrando que a instituição podia ser mais do que assistencialista e a comunidade ser muito mais do que caritativa. Perceber que doações, sim, são necessárias, mas que podemos ser também participativos, implicando-nos neste problema que é social, contribuindo e favorecendo esta rede de apoio e proteção.

Com este trabalho, promovemos o rompimento de uma relação até então conflituosa com a escola, para uma verdadeiramente interativa, colaborativa, dando sentido e significado para esses adolescentes frequentarem a escola a partir da influência positiva dos vínculos afetivos que haviam desabrochado entre os adolescentes e ela, especialmente na figura de seus professores. Este encontro institucional, fez com que ambas as instituições pudessem ser vistas como ambiente em potencial para o desenvolvimento da criança e adolescente.



Esta via de mão dupla que se estabeleceu, proporcionou que a escola e o abrigo se apropriassem in loco das experiências e vivências uma da outra, possibilitando reflexão sobre o pré-conceito que existia entre ambas, proporcionando novas reconfigurações de seus sentidos subjetivos. E quando os adolescentes perceberam este movimento mútuo, conseqüentemente puderam também gerar novos sentidos e significações nas relações estabelecidas até então, com a escola, e mesmo com o abrigo.

Alicia Fernández, em seu livro *A INTELIGÊNCIA APRISIONADA*, diz que problemas de aprendizagem, na maioria das vezes estão associados ao problema de aprendizagem reativo, ou seja, o aprender do sujeito está comprometido devido ao choque entre o aluno e a escola, que pode estar funcionando de maneira expulsiva. Por isso, para que possamos intervir, devemos entender o contexto no qual o mesmo acontece. A criança ou adolescente que não aprende, na maioria dos casos não requer tratamento psicopedagógico, a questão deve estar voltada principalmente a sanear a instituição educativa.

Creio que naquela ocasião conseguimos construir juntos uma relação saudável, um bem-estar geral, trazendo equilíbrio nas relações interpessoais estabelecidas, tornando-as mais saudáveis, e conseqüentemente, com maiores possibilidades de se alcançar os objetivos pretendidos. Desta forma, acredito que cumprimos o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em seu Artigo 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

